



Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|--------------------------|
| Governo | Deputado ALGACI TÚLIO |
| PDT | Deputado VALDIR ROSSONI |
| PMDB | Deputado TOTI COLAÇO |
| PFL | Deputado ÉLIO LINO RUSCH |
| PT | Deputado IRINEU COLOMBO |
| PPB | Deputado DUÍLIO GENARI |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |
| PTB | Deputado NELSON JUSTUS |

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 78.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1996.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secreturiada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Tschy Filho, Albanor Gomes, Alguaci Túlio, Ângelo Vanhori, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zamusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selame, César Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Curtário, Hidekazu Takaiwama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocélito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Passuti, Párcles Mello, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmia da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaco, Valdir Rossari e Walmo Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Edgar Bueno e Plauto Miró Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei n.º 357/96.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N.º 828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.º 836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja arquivado o Projeto de Lei n.º 58/96, que declara de Utilidade Pública a APAE, com sede na Cidade de Rio Bom, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) MILTINHO PUPPIO

REQUERIMENTO N.º 835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a utilização do horário do Grande e Pequeno Expediente da Sessão Ordinária de 04/09/96, para promulgação da Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, alusivo aos 40 anos de fundação da mesma, comemorados no último dia 21 de agosto do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Diretoria Executiva da CODAPAR, através de correspondência a ser encaminhada à Rua André de Barros n.º 671, CEP: 80010-080, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Há 40 anos nasceu a COPASA - Companhia Paranaense de Silos e Armazém. Em 1961, nasceu a CAFE - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná. Ambas juntaram esforços e lançaram a semente do futuro, hoje CODAPAR. Ações como esta contribuíram para que o Paraná viesse a ser um dos grandes celeiros do País.

REQUERIMENTO N.º 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta augusta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Paula Amaral, ocorrido no

Último 03 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Paula Amaral, uma gigante da caridade, foi uma das figuras mais expressivas deste século entre nós paranaenses. Mais conhecida como "Tia Paula", nome este que constitui uma escola fundada por ela, a Senhora Paula Amaral investiu com coragem e carinho na educação e na formação de crianças pequeninas, que necessitavam de seus préstimos.

Trabalhando com muita seriedade e dedicação, elevou o conceito da Escolinha "Tia Paula", pois atuava com firmeza, e sobretudo, com muito amor. Demonstrava caridade e amor ao próximo, características que marcaram sua personalidade de pessoa generosa e querida para com todos.

A simplicidade e a bondade, estampadas em permanente sorriso acolhedor, faz todos nós sentirmos a perda de alguém que no serviço educacional, tinha o espírito de dedicação e carinho para aqueles que sofriam.

REQUERIMENTO N° 824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos anais desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Darci Camargo Fontana, ocorrido na data de 21 de agosto de 1996.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Darci Camargo Fontana, tão infaustamente desaparecido, era líder nato nas relações humanas e foi o principal incentivador da campanha pela emancipação do então Distrito e hoje Município de Pinhais, quando Vereador em Piraquara (município sede de onde se desmembrou a comuna de Pinhais).

Na longa luta que culminou com a emancipação, Darci Camargo de Fontana, não esmoreceu na mobilização das lideranças e dos eleitores, preparando material de promoção da tese emancipatória, realizando reuniões, aplicando seus próprios recursos nas despesas inevitáveis para um esforço como esses - envolvendo mais de 100 mil pessoas - e no geral sustentando e dando respaldo à Comissão de Emancipação e à nossa ação parlamentar na matéria. Recordo-me inclusive (agora com saudades) que foi em sua residência que comemoramos o resultado favorável do plebiscito da emancipação de Pinhais.

Por tudo isso e pela lealdade, idoneidade profissional e amizade que sempre uniu Darci Camargo Fontana a esta Casa e à

nossa pessoa, proponho este pleito de saudade e homenagem póstuma ao desaparecido.

REQUERIMENTO N° 827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos anais desta Augusta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Alves Teixeira, ocorrido na data de 09 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nascido aos 30 de junho de 1919, em Curitiba, José Alves Teixeira, é filho de José Marques Teixeira e Theolinda Alves Teixeira. Casou-se em dezembro de 1938 com Arsênia de Oliveira Marinho Teixeira, já falecida.

Cursou o Colégio Santa Maria na sua adolescência. Foi Presidente da UPE - União Paranaense dos Estudantes, em cujas atribuições participou do movimento que resultou na federalização da UFPR e obteve a concessão de uma área para edificação da Casa do Estudante Universitário.

Formou-se Bacharel em Direito, no dia 23 de novembro de 1947. No Governo do Doutor Bento Munhoz da Rocha, foi Diretor do Departamento do Trabalho e exerceu interinamente a correspondente Secretaria de Estado. Aprovado em 2º lugar em concurso público foi nomeado Procurador do Estado, passando a exercer esta função por vinte e um anos junto à prisão Provisória do Ahú, chegando a sua Chefia Jurídica, vice-Diretoria e Diretoria. A convite do Governador Emílio Hoffman Gomes passou à Procuradoria do Departamento de Estradas de Rodagem. Em 1980 foi empossado no cargo de Conselheiro do Conselho Penitenciário do Paraná.

Advogado, por vezes em funções de direção, exerceu atividades junto a Federação das Indústrias do Estado do Paraná e SESI; Federação do Comércio do Estado do Paraná; Associação Comercial do Paraná; Sindicato do Comércio Varejista de Curitiba; Federação da Hotelaria do Paraná; Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes de Curitiba; Banco Lar Brasileiro; Climax Hotel e Grupo Regionato.

Desportista, era Sócio Grande Benemérito do Curitiba Foot Ball Club e foi Presidente de seu Conselho Deliberativo por duas vezes. Foi Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paranaense de Futebol.

De personalidade associativa, exerceu funções como Diretor e Conselheiro de inúmeras Entidades e Clubes, dentre eles Clube Curitibano e Santa Mônica Clube de Campo.

Lamentando a perda de um homem de

grande suporte jurídico, José Alves Teixeira faleceu deixando com profundas saudades a todos aqueles que o conheciam, especialmente dois filhos Cleverson Marinho Teixeira casado com Berenice de Souza Teixeira, e Cláudio Teixeira Demetrio casado com Roberto Demetrio.

REQUERIMENTO N° 831

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar ao Sr. Guilherme Lara Junior, cujo passamento se deu em 14.08 do corrente, aos 81 anos de vida, nesta Capital.

Trata-se de uma pessoa muito querida pela sua família e amigos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos. Esta Casa reverencia sua memória e registra os pêsames junto aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à jornalista Anita Zippin, alusivos à publicação de sua crônica de número 2.000, no mês de agosto do corrente, em jornais de circulação desta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Deputado Joaquim José Pedrosa n° 856, CEP: 80.035-120, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Dia do Soldado (25 de agosto) e a Semana do Exército.

O Exército Brasileiro tem prestado inúmeros serviços à comunidade brasileira, envolvendo as árduas tarefas impostas pelo programa de preparação e treinamento que se inicia nos colégios militares e prossegue no litoral, no sertão, na terra, na água e no ar.

Os soldados não participam apenas de tarefas puramente militares, mas também do atendimento da população carente, da abertura de estradas estratégicas, da preser-

vação dos valores culturais e das riquezas naturais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Comando da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, em nome do Gul. Paulo Roberto Laranjeira Caldas, à Praça Mal. Floriano Peixoto, 149 - Ponta Grossa-PR - CEP: 84.010-909.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ruben Dário Melgarejo Lanzoni, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, externando apoio pela permanência do Corpo Consular daquele País no Município de Guaíra-PR.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Todos somos sabedores da importância do Consulado Paraguai ao interceder de forma rápida e dinâmica nos assuntos diplomáticos que envolvem toda a comunidade estabelecida na fronteira do Município de Guaíra e adjacências, principalmente com o advento do MERCOSUL.

Baseado neste fato, é que muito nos preocupa as notícias dando conta que existe a intenção do Governo Paraguai em desativar o Corpo Consular naquele Município.

Sendo assim solicito de Vossa Excelência, seus valiosos préstimos, externando agradecimentos em meu nome e de nossa região, no sentido de analisar com profundidade e coerência o pedido descrito em correspondência anexa, da Associação Comercial e Industrial de Guaíra, que clama pela permanência efetiva desta conceituada entidade, com a finalidade de somar-se a vários fatos econômicos que estão previstos para aquele Município, por meio do Governo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 829

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual D. Pedro II, localizado na Rua Bispo Dom José - Batal, os quais solicitam a presença de um policial de trânsito em frente a esse colégio.

Trata-se de um local muito movimentado

que proporciona muito perigo de acidentes, principalmente nos horários de entrada e saída das aulas.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 830

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender os moradores do Bairro Abranches, os quais solicitam a colocação de lombadas na Rodovia dos Minérios, no Km 2,5, entrada para a Vila Suíça - Abranches.

Trata-se de um local muito movimentado e os veículos trafegam em alta velocidade. Informações complementares podem ser obtidas com a Sra. Maria de Fátima Souza Correa, pelo telefone 252-4215.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 832

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; do Senado, José Sarney; da Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Magalhães; e ao Ministro do Planejamento Antonio Kandir, solicitando que haja uma revisão na Medida Provisória que tende a favorecer os Estados do Nordeste na instalação de indústrias automobilísticas.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da República, do Senado, da Câmara dos Deputados e ao Ministro do Planejamento, solicitando uma discussão mais ampla em relação à Medida Provisória que tende a beneficiar os Estados do Nordeste na instalação de indústrias de automóveis.

É necessário que a medida provisória seja readequada para que haja igualdade de tratamento entre os diversos Estados do País, pois os incentivos artificiais colocados na Medida do regime automotivo, beneficia apenas algumas regiões.

Os incentivos artificiais prejudicam a Região Sul no que diz respeito à instalação de montadoras de automóveis, pois a lei deve ser justa, deixando a disputa igual entre os Estados, para que sobressaia-se melhor aquele que através de suas autoridades, apresente propostas e atrativos suficientes para converter a indústria montadora, como aconteceu com a Renault no

Paraná.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 833

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro do Trabalho, Paulo de Tarso Almeida Paiva, alertando sobre o elevado crescimento das reclamações trabalhistas no Paraná, devido ao desemprego que assusta os brasileiros.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho, pedindo uma solução emergencial de combate ao desemprego.

Em 94 foram 85 mil processos trabalhistas no Paraná; em 95 foram 108 mil e em 96 a previsão é de 120 mil, o que se torna uma proporção assustadora nas juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho do Paraná.

Estes números são o reflexo do crescimento do desemprego, porque só o trabalhador que perdeu o emprego é que procura a Justiça do Trabalho para garantir seus direitos.

Só podemos ter uma situação melhor se a economia melhorar, os empresários tiverem consciência e se o Governo atentar para o problema do desemprego..

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 392/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído a obrigatoriedade de aplicação de vacina contra a hepatite do tipo "B" em agentes da área de saúde, como médicos, paramédicos, enfermeiros, atendentes e demais profissionais subordinados diretamente à área médica social.

Art. 2° - Cabe ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública, as ações no sentido do cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3° - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A hepatite é uma inflamação do fígado, geralmente causada por um vírus e às vezes, por agentes tóxicos. Em virtude dos agentes de saúde estar em contato diário com ambientes insalubres e pessoas enfermas, torna-se indispensável a adoção de medidas que propomos através deste plano de lei, para a efetiva proteção da saúde destes e da população, já que a saúde é direito essencial do cidadão e dever do Estado.

O Brasil é um País em vias de desenvolvimento, cuente de maiores cuidados na área da saúde pública, onde a grande maioria da população vive nas periferias das grandes cidades, em condições precárias de saneamento, redes de esgoto e demais necessidades básicas, capacitadoras de gerar doenças infecto-contagiosas como a hepatite.

At através do presente projeto de lei, temos o intuito de demonstrar que tal medida profilática só virá contribuir com o desenvolvimento da saúde no Brasil.

PROJETO DE LEI N° 393/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Liga Desportiva Norte Paranaense, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Liga Desportiva do Norte Paranaense é uma entidade com quase 50 anos de luta em favor do desenvolvimento esportivo do Norte do Paraná.

Por se tratar de uma proposição embasada com inteira justiça, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da mesma.

PROJETO DE LEI N° 394/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Ficam acrescidos os seguintes artigos ao Projeto de Lei n° 357/96:

Art. ... - Fica criada a Comarca de Fazenda Rio Grande.

Art. ... - Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial.

Art. ... - Haverá na Comarca de Fazenda Rio Grande, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) uma (01) Escrivania do Cível;
b) uma (01) Escrivania Criminal;
c) um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (02) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito do Fórum, exercerá por um (01) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório;

e) um (01) Auxiliar de Cartório Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (01) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. ... - Fica criado, para a Comarca de Fazenda Rio Grande:

a) um (01) cargo de Escrivão Criminal;
b) um (01) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;

c) dois (02) cargos de Oficial de Justiça;

d) um (01) cargo de Agente de Limpeza.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: César Salame, Luiz Accorsi, Remy Borsatto e Hidekazu Takayama.

PROJETO DE LEI N° 395/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a Comarca de Iretama no Estado do Paraná.

Art. 2° - Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial.

Art. 3° - Haverá na Comarca de Iretama, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) uma (01) Escrivania do Cível;
b) uma (01) Escrivania Criminal;
c) um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (02) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito do Fórum, exercerá por um (01) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório;

e) um (01) Auxiliar de Cartório Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (01) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protestos de Títulos;

b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando precariamente, os Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 4º - Fica criado, para a Comarca de Iretama:

a) um (01) cargo de Escrivão Criminal;

b) um (01) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;

c) dois (02) cargos de Oficial de Justiça;

d) um (01) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 5º - As despesas decorrentes da criação da Comarca de Iretama e dos cargos previstos nesta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Renato Adur, Jocélito Canto, Nelson Garcia, César Selene, Luiz Accorsi, Remy Borsatto e Hidekazu Takayama.
JUSTIFICATIVA:

O Município de Iretama, pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, pertence à Comarca de Campo Mourão.

Esta de entrância intermediária abrangendo ainda outros municípios da região, provocando grande fluxo de autuações nas Escrivâncias Cível e Criminal, sendo que grande parte dos processos são oriundos do Município de Iretama.

A criação da Comarca de Iretama proporcionará maior agilidade no trâmite de processos diversos, junto ao Poder Judiciário daquele município.

PROJETO DE LEI Nº 396/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comarca de Cantagalo no Estado do Paraná.

Art. 2º - Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial.

Art. 3º - Haverá na Comarca de Cantagalo, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) uma (01) Escrivânia do Cível;

b) uma (01) Escrivânia Criminal;

c) um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (02) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito do Fórum, exercerá por um (01) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório;

e) um (01) Auxiliar de Cartório Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (01) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protestos de Títulos;

b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando precariamente, os Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 4º - Fica criado, para a Comarca de Cantagalo:

a) um (01) cargo de Escrivão Criminal;

b) um (01) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;

c) dois (02) cargos de Oficial de Justiça;

d) um (01) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 5º - As despesas decorrentes da criação da Comarca de Cantagalo e dos cargos previstos nesta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Renato Adur, Jocélito Canto, Nelson Garcia, César Selene, Luiz Accorsi, Remy Borsatto e Hidekazu Takayama.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cantagalo, pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, pertence à Comarca de Laranjeiras do Sul.

Esta de entrância intermediária abrangendo ainda outros municípios da região, provocando grande fluxo de autuações nas Escrivâncias Cível e Criminal, sendo que grande parte dos processos são oriundos do Município de Iretama.

A criação da Comarca de Cantagalo proporcionará maior agilidade no trâmite de processos diversos, junto ao Poder Judiciário daquele município.

PROJETO DE LEI Nº 397/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comarca de Pinhais no Estado do Paraná.

Art. 2º - Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial.

Art. 3º - Haverá na Comarca de Pinhais, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

- a) uma (01) Escrivia de Cível;
- b) uma (01) Escrivia Criminal;
- c) um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (02) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito do Fórum, exercerá por um (01) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório;

e) um (01) Auxiliar de Cartório Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (01) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protestos de Títulos;

b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando precariamente, os Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 4º - Fica criado, para a Comarca de Pinhais:

- a) um (01) cargo de Escrivão Criminal;
- b) um (01) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;

c) dois (02) cargos de Oficial de Justiça;

d) um (01) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 5º - As despesas decorrentes da criação da Comarca de Pinhais e dos cargos previstos nesta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Remy Boratto, Nelson Garcia, Valdir Rossoni e Hidekazu Takayama.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pinhais é hoje um dos maiores do nosso Estado, com uma população de mais de 120.000 habitantes, contando com 88.993 eleitores. Mais de 80% das ações que tramitam na Comarca de Piraquara são oriundas do Município de Pinhais.

Portanto é de justiça a medida que ora propomos, criando a Comarca de Pinhais, para dar maior celeridade da prestação ju-

risdicional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

(Dando entrevista ao Comitê de Imprensa)

Passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado César Selene.

(Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças.

Pelo PTB com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - (Lê): "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Porto de Paranaguá, devido a sua importância, sempre foi alvo de comentários, porém nos últimos meses temos presenciado inúmeras manifestações, algumas construtivas e outras inadmissíveis, como por exemplo o estado de greve levantado na Assembleia dos Portuários, que foi deflagrado hoje em Paranaguá.

Inicialmente, precisamos lembrar a vocação agro-industrial do Estado do Paraná, onde é colhido 26% da produção nacional de grãos, sendo o maior processador de óleo vegetal e derivados, e grande produtor de açúcar e álcool.

E, para enfrentar o mercado interno e mundial, os produtores vêm a cada ano se especializando e se tornando mais eficientes, produzindo portanto e provendo um aumento significativo na colheita a cada safra. Porém, o produtor depende de outros fatores para chegar a um bom resultado final, e entre estes estão estradas, energia elétrica, meios de transporte - rodoviário ou ferroviário, e finalmente como "porta de saída" um Porto Marítimo.

Nos últimos anos, os outros portos brasileiros, receberam muito mais investimentos do que o Porto de Paranaguá, felizmente com a iniciativa privada presente neste período em Paranaguá, a situação foi amenizada e de certa forma contornada.

Isto nos obriga a ver com clareza que, primeiro: a abundância de recursos do Governo Federal nem sempre são destinados para os Portos com maiores perspectivas; segundo: é muito importante, assim como em várias outras atividades também não é a vocação e finalidade do Governo a operação portuária. Este último facilmente comprovado, através dos consecutivos balanços deficitários, originados principalmente pela indústria das ações trabalhistas.

Não podemos ter dúvidas quando ao exposto até aqui, pois a primeira coisa que precisamos ter é o perfeito entendimento e a clareza da situação, agora imaginem os senhores a situação do nosso Porto, que somente em ações trabalhistas, a CPI reu-

lizada estimou um débito de 250/300 milhões!

A greve é um instrumento legítimo da Democracia, e desde que fundamentada em justa causa deve ter todo o nosso apoio, porém, excluir o direito da iniciativa privada de participar ou mesmo de continuar investindo neste setor, me parece voltar a época da caravela usada no descobrimento do Brasil. É interessante ressaltar que esta atitude diverge frontalmente com a Lei Federal 8.630/93 de Modernização dos Portos.

A relação Capital/Trabalho deve ser melhor entendida por estas pessoas, o investimento privado promove atividade produtiva, desenvolvimento, arrecadação, e é o maior gerador de emprego, o "Porto de Antonina é um bom exemplo a ser lembrado". Precisamos portanto acolher e incentivar o empresário que está disposto a investir, pois será a única maneira de ampliarmos e modernizarmos o nosso Porto, pois caso contrário, nossos filhos correm o risco de conhecer somente as fotos do Porto de Paranaguá.

Uma confusão que nos dias de hoje não encontra mais ressonância, é a propagação de que o arrendamento é prejudicial, isto não é verdade! Estes contratos de concessão onerosa prevêm investimentos em construção, volumes mínimos a serem movimentados e a tarifa devidamente cobrada, aluguéis e multas pesadas. É importante ressaltar a necessidade do arrendamento, quanto a permanência dos atuais usuários, a busca de novos clientes, e a conseqüente consolidação das cargas. Será que para o Porto é mais interessante ser um grande proprietário de áreas, sem benfeitorias e sem qualquer renda? Será que terrenos abandonados dão emprego a trabalhadores especializados?

Para a obtenção da modernização, consoante a Lei 76/95 da minha autoria, o Estado está num processo de transferência a iniciativa privada sem precedentes, entre outros, a geração de energia, as rodovias, as ferrovias, as hidrovias, e porque não os Portos? Lembrar neste momento o modelo centralizador adotado por Cuba, é no mínimo estar na contramão da modernidade e do futuro!

Estima-se uma capacidade imediata de investimento na ordem de R\$ 200/250 milhões, e que se não for realizada em Paranaguá poderá migrar para outros portos. Este volume poderá representar a contratação de 1.000 operários na construção civil durante 2,5 anos, e na seqüência para a operação pelo menos 250/300 novos empregos. Será que a contratação de todo este pessoal não interessa para a cidade de Paranaguá? Será que todo o material a ser consumido durante a construção não inte-

ressa ao Município e ao Estado? Será que a arrecadação Municipal e Estadual não irão se beneficiar com estes novos empreendimentos?

Não podemos ser "miopes" e também não perceber a concorrência neste setor, precisamos olhar a nossa volta e observar o acontecimento do avanço e modernização promovida pela iniciativa privada nos Portos vizinhos, inclusive os localizados nos países vizinhos que compõem o MERCOSUL. Esta concorrência já é um fato, e tende a ser cada vez mais voraz, e quem não tiver eficiência e custos competitivos desaparecerá.

É com perplexidade também, que observamos o corporativismo, principalmente quando constata-se a sua finalidade de manutenção do "estado de coisas", onde podemos citar como exemplo o salário dos Portuários de R\$ 800 a R\$ 8.000, muitas vezes conseguidos através de pressões e decisões políticas. Não podemos generalizar, existem trabalhadores portuários que justificam o seu ganho, porém o Estado não suporta mais o excesso deste ônus.

Precisamos ser justos, e comentamos que o Governo do Estado através da sua administração, vem encarando e solucionando os problemas - muitos dos quais de longa data, como por exemplo a questão dos aposentados e a manutenção do trabalho irregular; a transferência dos armadores para a iniciativa privada, interrompendo para sempre a geração de novas causas trabalhistas contra a Autarquia; plano de zoneamento do Porto (finalmente apresentado oficialmente após décadas de espera); o início da remodelação e modernização do corredor de exportação; redução das tarifas: novos terminais específicos; a demolição dos seis armazéns da fuzila (que irá ampliar em 25/30% a capacidade de movimentação), entre outros.

Hoje, com as finanças saneadas (com exceção das ações trabalhistas) podemos constatar facilmente a mudança nas condições encontradas pela atual Administração, que ao assumir a atual gestão encontrou o seguinte quadro:

Pagamento atrasado aos fornecedores;
Sindicato com o pagamento atrasado;
R\$ 18 milhões de dívida com o INSS;
ISS em atraso desde 1988;
Fundo de garantia em atraso;
Passivo em aberto, e outros.

A sociedade exige que o Governo do Estado permaneça nesta direção, que irá dobrar em benefício direto e indireto para os paranaenses, e que com certeza irá contribuir para a redução do chamado Custo Brasil. Esperamos que o Governo do Estado, reitere-se no menor espaço de tempo da execução e operação Portuária, passando

Assim esta tarefa para iniciativa privada que, arrenda todas as áreas e construções existentes aos interessados nas mesmas, e que passe na sequência a ser exclusivamente a autoridade portuária plena, reguladora, regulamentadora e orientadora da Atividade Portuária.

Precisamos respeitar mais o Porto de Paranaguá, afinal sentimos orgulho quando o colocamos em primeiro lugar na exportação de grãos sólidos, e não podemos deixar se transformar em massa de manobra política, precisamos olhar para um futuro maior, espero que a inteligência e o bom senso venham a prevalecer."

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Neivo, quero em nome da Liderança do PMDB, pela qual estamos respondendo na ausência do companheiro Toti Colaco - nosso candidato a Prefeito lá na Cidade de Irati - dizer que é muito oportuna a abordagem que faz V.Exa. no presente momento. Pessoalmente, não tenho juízo formado a respeito da necessidade de se privatizar o Porto ou privatizar setores do Porto. Enfim, não tenho, ainda, juízo formado a esse respeito.

Mas, é necessário que nós, os paranaenses, tenhamos preocupação permanente com relação ao Porto de Paranaguá.

Todos nós sabemos que se faz necessário ampliar o ancoradouro, vamos dizer assim, os locais onde os navios têm que encostar para o carregamento, o berço como se diz, o berço para a atracação dos navios, a questão daquilo que se chama o retriporto, o terminal dos navios, o terminal de "containers" se faz necessário e muito mais agora que nós estamos chegando com os trilhos da Ferrovia Oeste do Paraná - FERROESTE - a Cascavel. E sabemos que o Estado do Paraná, desde os tempos de Álvaro Dias, Roberto Requião, Mário Pereira e agora o Governador Jaime Lerner, tem intenções de levar os trilhos até Guaíra, até Foz do Iguaçu, numa intaliquação com o Paraguai com outros países que integram o MERCOSUL.

Nós temos que ter presente nas nossas cabeças que a cada dia que passa, se nós não modernizarmos o Porto de Paranaguá, diminuímos as suas tarifas nós vamos perder terreno violentamente para outros portos. Estamos perdendo já para o Porto de Santos em alguns aspectos com a utilização da hidrovia Rio Paraná - Rio Tietê que pega as mercadorias na Costa Oeste, Noroeste do Estado do Paraná, sobe o Rio Paraná, sobe o Rio Tietê e leva essa mercadoria até próximo a Piracicaba no Estado de São Paulo e dali por ferrovia até o Porto de Santos.

Ainda ontem eu li nos jornais, não sei qual o jornal e não sei de que dia. Sei que cheguei em casa de viagem e li um jornal dizendo dos investimentos que se faz na Hidrovia do Rio Madeira para levar a produção agrícola do Mato Grosso do Norte, Rondônia, Acre para a Região Norte, para Belém, Maranhão...

Enfim, nós estamos a cada dia que passa perdendo terreno. A conclusão da FERROESTE que está sendo construída em parceria com o grande banqueiro e produtor agrícola Olacir de Moraes e trará também a produção do Mato Grosso, do interior de Goiás até o Porto de Tubarão, se não me falha a memória, no Estado do Espírito Santo, fará com que o Estado do Paraná perca não só em volume de movimentação de carga mas por estudos que já foram feitos e recentemente nós estivemos analisando um estudo que nos foi passado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a FAEP, nós a cada dia que passa estamos perdendo terreno e nisso que V.Exa. diz na questão de custo - Brasil, nós havíamos de estar numa posição desfavorável para reter a produção agrícola para outros continentes, para outras regiões e beneficiamento e consumo.

Nós estamos nesta semana agora assistindo a votação, por exemplo, da mini Reforma Tributária que irá fazer com que os produtos agrícolas exportados bem como os produtos semi elaborados tipo farelo de soja, óleo de soja, suco de laranja, que estes produtos sejam desonerados do ICMS, quer dizer, não se cobrará ICMS para exportação.

Conseqüentemente nós temos que estar preparados porque a desoneração tributária na exportação fará com que estes produtos tenham volume maior de exportação porque o seu preço diminuirá. Se nós, ao termos a desoneração tributária não tivéssemos também a redução do custo portuário, certamente nós vamos mais uma vez perder em termos de movimentação de cargas e em termos de trabalho no Porto de Paranaguá.

Então é muito oportuno que no momento em que se discute a mini reforma tributária, o Presidente Aníbal Kury, ainda ontem na "Gazeta do Povo", li seu posicionamento acerca da reforma tributária, está preocupado, V.Exa. está preocupado e quero me somar a V.Exa. nesta questão. V.Exa. que foi autor aqui na Assembleia do Projeto de Lei das Concessões do Estado do Paraná, quem sabe o Porto de Paranaguá possa ser de alguma forma incluído em algum setor desta lei e nós possamos de fato modernizar, agilizar e dar realmente um custo menor ao trabalho do nosso Porto para que possamos ter mais divisas e mais movimentação de carga.

O SR. NEIVO BERALDIN - V.Exa. Deputado Orlando Passuti sintetiza as nossas dificuldades paranaenses com rodovias, ferrovias, hidrovias e uma modernização do nosso Porto. Nós não podemos viver a expectativa de grèves do Porto de Paranaguá. Nós não podemos deixar de reconhecer que existem bons trabalhadores no Porto de Paranaguá mas existem também aqueles que por pressão política, por compadrio, conseguiram elevar os seus salários até 8.000 reais por mês. Nós não podemos fechar os olhos se quisermos nos inserir no contexto do MERCOSUL, se quisermos fazer a nossa história contemporânea no Brasil, nós temos que ter um porto ágil, competente porque o Estado interessa que o porto exporte com muito mais agilidade e competência. Interessa ao Estado também dar o emprego e dando espaço para a iniciativa privada para que construa as suas obras para aquecer lá alimentos para a exportação e importação, nós estamos também gerando empregos.

O Sr. Renato Adux - Louvo o seu discurso, a sua iniciativa, entretanto gostaria de fazer uma observação. O parágrafo em que V.Exa. diz que é com perplexidade que observamos também o corporativismo, principalmente quando constata-se a sua finalidade da manutenção do estado de coisas, onde podemos citar exemplos e salários de 800 a 8 mil reais, muitas vezes conseguidos através de pressões políticas e decisões políticas.

Acho que V.Exa., com todo o respeito foi infeliz neste parágrafo, porque a organização da sociedade é fundamental e o Estado só existe porque existem as pessoas, a Nação só existe porque existem pessoas. Acho temerário que se de uma hora para outra esses servidores do Porto de Paranaguá deixam de ter a sua serventia. Acho temerário que sejam feitas estas colocações. Afinal de contas nós queremos a modernização do Porto, todo mundo deseja, mas aqueles funcionários que trabalham no porto há anos, que têm sua história de vida dentro do Porto, tem que ter o seu reconhecimento. Não podemos de uma hora para outra, numa medida abrupta, numa ruptura radical relegar a segundo plano. Se o porto tem hoje, o sindicato tem problemas de débito, problemas de INSS e tudo o mais, o Estado também, o Governo, tanto, o Estado também dá a esses funcionários. Existe, muitas ações também que o próprio Estado combinou que fazia os acertos e depois não fez. Não o Estado de hoje, de Jaime Lerner, eu falo também dos Governos anteriores.

Acho que eles tem todo o direito de se reorganizarem e criarem o seu sindicato e ter até o seu corporativismo. Agora, a decisão maior, a decisão final sempre é do

Governo Estadual e do Governo Federal. Não posso admitir que de uma hora para outra esses funcionários sejam tidos como alguém que nunca prestou serviço nenhum. Acho que a modernização do Porto pode seguir paralelamente ao processo de reconhecimento desses funcionários do Porto. Queria aqui registrar a minha ressalva e a minha observação nesta questão do funcionalismo. Não é possível também agora numa medida política, todos os candidatos lá ameaçam renunciar à sua candidatura à Prefeitura de Paranaguá. Mas acho que tem que ser olhado com melhor carinho a questão dos funcionários do Porto de Paranaguá e não ser entendido apenas como corporativismo.

O SR. NEIVO BERALDIN - Muito bem, Deputado Renato Adux, mas o Estado não pode fechar o olho para a modernidade.

O Sr. Renato Adux - Exatamente, mas existe em função das pessoas. Não podemos deixar passar um trator...
(Vozes Paralelas)

O SR. NEIVO BERALDIN - V.Exa. deve entender que não estou aqui me pronunciando contra os funcionários do Porto de Paranaguá. Estou aqui me pronunciando a favor de um novo reordenamento, no sentido de buscar a modernidade e competir com os Portos vizinhos, como Santos e Santa Catarina, por exemplo, onde eles dão espaço para a iniciativa privada participar do processo portuário e assim gerando mais emprego.

Senhor Presidente, queria ver se V.Exa., permitiu o apate para o nosso paranaguense.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Vanhoni merece um apate porque somos contra a privatização.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Muito obrigado, Senhor Presidente. Deputado Neivo Beraldin, o senhor está falando em modernização dos Portos, em especial do Porto de Paranaguá, o senhor está falando em redução de tarifas, o senhor está falando em participação da iniciativa privada. Acho que a iniciativa privada já participa e participa bastante lá do Porto de Paranaguá. Tem determinados bairros que já estão arrendados e setores do cais de Paranaguá que estão arrendados a iniciativa privada. Quer dizer, isto não é nenhum bicho papão. Isto já existe e não existe só neste Governo, existe já há muito tempo. Ninguém está querendo se contrapor a este processo. Mas gostaria de fazer uma pergunta ao senhor: o senhor sabe quanto custa na tarifa do Porto de Paranaguá o sistema de praticagem? Qual o peso que tem no controle tarifário?

SR. NEIVO BERALDIN - Olha não posso responder precisamente. Sei que existem tantos itens que, tantas linhas tor-tas...

O Sr. Angelo Vanhoni - Não, mas em espe-cial ao serviço de praticagem.
V.Exa. não sabe e tenho certeza...

O SR. NEIVO BERALDIN - Retorno esta per-gunta e pergunto a V.Exa. quanto que custa, já que seu irmão é diretor do Por-to, então pergunto a V.Exa., V.Exa. sabe?

O Sr. Angelo Vanhoni - Sei quanto custa. O serviço de praticagem no preço da tarifa, hoje, do Porto de Paranaguá, custa perto de 20% do controle de tarifa, só o serviço da praticagem. São os profissio-nais que têm um lobby fechado, peso pesa-do. Engraçado não vejo ninguém dizer que vai abrir aquilo lá, vamos abrir esse ser-viço. Por que não abrem o serviço da pra-ticagem, que é a mais alta tarifa que tem no Porto de Paranaguá? Por que o Estado não intervém nisso? Sei porque, mas não cabe discutir isso hoje aqui.

No que o Deputado Renato Aduar está correto, Deputado Neivo Beraldin, e V.Exa. não percebeu é que no Congresso Nacional foi aprovada uma legislação de moderniza-ção dos portos, que prevê exatamente agi-lidade dos portos brasileiros para concor-riar com a globalização da economia com to-dos os outros portos. Não é para concorrer com Itajai ou com o porto de Santos, é pa-ra concorrer com Amsterdam, com o porto de San Francisco, com todos os portos do mun-do! Foi firmada uma legislação de comun-acordo entre os armadores, os profissio-nais, os trabalhadores avulsos, os portuá-rios, o Congresso Nacional, lideranças portuárias de todo o Brasil. Foi feita uma Lei no Congresso Nacional, discutida, to-dos os conflitos foram mediados, e saiu uma legislação. O senhor sabe o que está acontecendo com esta legislação? Sabe por que está no embolho hoje a administração do Porto de Paranaguá? Porque esta admi-nistração, aprovada no Congresso Nacional da República Federativa Brasileira, está sendo pisoteada pelos empresários que não concordam com essa legislação. Sabe o que é que eles querem? Eles querem, única e exclusivamente, ter em para lá, o poder de contratação de mão-de-obra, fazendo com que, cada vez mais, tenha desemprego na nossa cidade.

Paranaguá é uma das cidades que mais sofreu, nestes últimos anos, no nível de desemprego, porque para lá, muitos e mu-itos brasileiros vão em busca de trabalho, porque sabem que lá tem um porto. E não é mão-de-obra muito especializada porque em 3, 4 meses você aprende a fazer uma amarra

de navio, aprende a fazer uma lingada e depois consegue o emprego. Sabe o que aconteceu com Paranaguá? É uma cidade que tem muita miséria, tem muito desemprego e os benefícios que o Porto de Paranaguá de-via ter trazido para a Cidade de Paranaguá e para o litoral, não trouxe! Até dias atrás o Porto de Paranaguá não pagava ISS para a Prefeitura da nossa cidade. Veio a pagar agora, depois de muita luta da cida-de, depois de uma clarevidência do Gover-nador do Estado, em reconhecer que aquilo era devido à Prefeitura. A proposta que o senhor está defendendo, de modernização do Porto, na prática resulta na entrega abso-luta do Porto de Paranaguá para a inicia-tiva privada. Isso não queremos, Deputado Neivo Beraldin! Queremos um controle, que-remos modernização, queremos competir com Amsterdam, não com Itajai e nem com o Por-to de Santos, do ponto de vista tarifário, mas queremos respeitar a dignidade das pessoas que têm um lugar de trabalho na-quele cidade, tão abandonada, por todos os governos! E não será agora, neste Governo, que vamos fazer ainda um ato de maior crueldade com Paranaguá, permitindo o des-monte da atividade portuária!

Os paranaguenses estão de parabéns, porque hoje deram-se as mãos e se abraça-ram na defesa legítima dos interesses do litoral e do Porto de Paranaguá! Se a As-ssembléia Legislativa lhes falta, tenham a certeza, os paranaguenses não faltarão ao Paraná!

O SR. NEIVO BERALDIN - Quer o dizer ao De-putado Vanhoni que o que queremos é uma autoridade portuária plena, regulamen-tadora e orientadora das atividades por-tuárias, e hoje o que temos é inadmissí-vel, quase 300.000 reais de ações traba-lhistas. É inadmissível que possamos no momento político, ou qualquer momento que possa acontecer na história do Paraná ver paralisado um setor que não é importante só para Paranaguá, o Porto de Paranaguá interessa ao Paraná, ao MERCOSUL, ao Bra-sil, por isso não podemos apenas viver o interesse local!

Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Gostaria de entrar no meio dos dois pronunciamentos como quem paga a conta. Sou exportador, e quero dizer a V.Exa. que nós que produzimos e que na outra ponta da produção também dá emprego, estamos cansados de pagar a con-ta. Se compararmos o custo portuário com o Porto de São Francisco é uma vergonha. Não sei o que deve ser feito, porque não tenho ainda uma opinião formada. Mas nós que pa-gamos a conta e até para contrapor a posi-ção do Vanhoni, quero dizer também que

quem produz e quem exporta também está dando emprego, e se não desonerar a exportação dos custos portuários, vamos parar de exportar e aí quero ver como é que fica este Brasil.

Então, não estou nem de um lado, nem do outro. Estou do lado de quem está pagando a conta, pela falta de atitudes coerentes dentro dos portos brasileiros.

O Sr. **Ângelo Vanhoni** - Deputado Rossari, concordo com o Senhor, mas então vamos tirar esse debate apaixonado e um debate que está meio recluso ainda a uma visão puramente técnica e vamos fazer o seguinte: vamos abrir o debate na Assembleia Legislativa sobre o Porto de Paranaguá, vamos trazer aqui a administração do Porto, vamos trazer aqui as duas visões, a visão crítica de como é que pode ser reduzido, o que é que tem que ser atacado, vamos trazer aqui o trabalhador, vamos abrir aqui esse debate. Tenho certeza, serei o primeiro a defender medidas que visem fazer com que a economia do Paraná seja mais pujante, se desenvolva ainda mais e que também guaranta a vida das pessoas que estão trabalhando.

Acho que o Senhor compartilha comigo desse ponto de vista. Vamos sair desse debate apaixonado, vamos pedir para a administração do Porto de Paranaguá vir para a Assembleia Legislativa e apresentar aqui a discussão, vamos trazer aqui quem é que pensa diferente, e que a Assembleia se posicione, sem paixão.

O SR. **NEIVO BERALDIN** - Sr. Presidente, acho que está aqui aberta a possibilidade de trazer à baila um assunto fundamental para a economia do Estado do Paraná, que é debater o assunto do Porto de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. **PRESIDENTE (Anibal Khury)** - Como Presidente da Assembleia, acho que a proposta do Deputado Vanhoni, vem bem na hora, precisamos debater esse assunto aqui na Assembleia porque há acusações de ambas as partes. E nada mais que o Plenário da Assembleia para esclarecer.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado **Luiz Accorsi**, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado **Anibal Khury**, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado **Geraldo Cartúrio**, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado **Orlando Passuti**, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado **Orlando Passuti**, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado **Anibal Khury**, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado **Anibal Khury**, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 357/96. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 08

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná) - Comarca de **Saundi**. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme anexo distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/96, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que extingue e cria na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, os cargos que especifica e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/96 de autoria do Deputado **Plauto Miró Góes Filho** que declara de Utilidade Pública a Casa do Menor **Irmãos Cavaris**, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/96 de autoria do Deputado **Durval Am-
...**

ral que declara de Utilidade Pública a Grache Municipal Nossa Senhora do Rocio, com sede e foro no Município de TAPIRA-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/96 de autoria do Deputado Nelson Turek que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Mário Pinheiro da Costa, com sede e foro na Cidade de Barbosa Ferraz. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/96 de autoria do Deputado César Selene que declara de Utilidade Pública a Fundação Hildebrando de Araújo, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Pinheiros, Ipê e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/96 de autoria do Deputado Aníbal Khury que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraquara - APAE, com sede e foro no Município de Piraquara, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 828, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 836, de autoria do Sr. Deputado Miltinho Puppio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 823, 824 e 827, de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 831, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 826 e 835, de autoria do Sr. Deputado Orlando Passuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 834, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 825, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 829 e 830, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 832 e 833, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 102, 189, 317, 323, 342, 347, 355 e 368/96.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 62/96

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11305 de 28 de dezembro de 1995 nas rubricas abaixo:

| | | |
|-------------|-----------|--------------|
| Cancelar | 4110.0000 | 1.270.000,00 |
| Cancelar | 4121.0000 | 225.130,00 |
| Cancelar | 4261.0000 | 505.000,00 |
| Suplementar | 3132.1500 | 2.000.130,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.08.96.

(ua) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto - Deputado LUIZ CARLOS MARTINS

1.º Secretário